

V Encontro Nacional de Estudos do Consumo

I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo

15, 16 e 17 de setembro de 2010 – Rio de Janeiro/RJ

Jovens e Sustentabilidade Ambiental: Um Estudo sobre as Perspectivas e as Práticas de Consumo Ambientalmente Orientadas de Jovens Universitários.

Veranise J. C. Dubeux¹

Sílvia Borges²

Resumo

O presente trabalho analisa a compreensão de conceitos e as práticas ambientais relacionadas à sustentabilidade entre jovens universitários de uma IESP da cidade do Rio de Janeiro. A fundamentação teórica desta pesquisa parte das idéias de civilização dos costumes/processo civilizador, de Norbert Elias, e de ambientalização de Leite Lopes, a fim de revelar a percepção, o interesse, o conhecimento e as práticas desses jovens a respeito do tema sustentabilidade ambiental. Na pesquisa buscou-se compreender esse grupo social jovem, no que se refere à incorporação de questões ambientais nos discursos e nas práticas cotidianas, como uma nova “etiqueta”, isto é, como um novo modo de conduta. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se, fundamentalmente, de uma pesquisa quantitativa, envolvendo a técnica do *survey*, que consiste na aplicação de questionários estruturados e padronizados a uma amostra representativa do universo investigado. Esta pesquisa se insere num projeto de âmbito mais abrangente de um estudo longitudinal que permitirá perceber, ao longo da trajetória acadêmica deste grupo de jovens, possíveis mudanças na visão que os mesmos têm sobre os conceitos e as práticas de sustentabilidade. As análises do banco de dados, construído a partir da aplicação e tabulação dos questionários, contêm avaliações dos jovens a respeito de atores sociais considerados os principais responsáveis pela preservação do meio ambiente e de ações do cotidiano para a proteção do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade – como, por exemplo, reciclagem de material, “consumo consciente”, coleta seletiva, boicote a empresas que agridem o meio ambiente, e compra de produtos ecologicamente corretos.

Palavras-chave: sustentabilidade; juventude; consumo

¹Doutora em Engenharia Mecânica pela COPPE/UFRJ. Professora titular da ESPM-RJ, pesquisadora do CAEPM-ESPM e professora da PUC-RJ.

²Doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Professora titular e pesquisadora da ESPM-RJ.

1. Introdução

Nas últimas duas décadas algumas novas palavras do campo ambiental passaram a fazer parte do léxico de diversos atores e segmentos sociais, entre elas *sustentabilidade*. Inicialmente mais restrita ao âmbito do movimento ambientalista, o termo sustentabilidade penetrou em outros campos, como o governamental, o acadêmico e o empresarial, e ganhou destaque na mídia, impulsionando seu uso tanto em discursos mais formais como em conversas do cotidiano. Mas, sustentabilidade é, como outros tantos conceitos, passível de diversas interpretações e de empregos variados e em distintos contextos. O presente trabalho tem, em linhas gerais, o objetivo de descurtinar como um segmento social específico – a juventude – compreende e traduz o conceito e as questões que envolvem as práticas relacionadas à sustentabilidade. Em termos mais específicos, trata-se de analisar a compreensão de conceitos e as práticas ambientais relacionadas à sustentabilidade entre jovens universitários de uma IESP da cidade do Rio de Janeiro.

A mais importante pesquisa sobre meio ambiente e sustentabilidade realizada periodicamente, desde 1992, no Brasil – a pesquisa ISER/MMA *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente*, revela que vem crescendo a chamada “consciência ambiental” no país (ISER, 2006). Embora esse crescimento seja verificado de maneira geral e seja pouco diferenciado em relação às regiões, ao gênero e às religiões, ele é significativamente maior entre a população de maior escolaridade, associada à maior renda e à residência em cidade de grande porte. Esse perfil populacional se encaixa exatamente no perfil socioeconômico dos jovens alunos da IESP por nós pesquisada, de acordo com os dados da pesquisa *Projeto Jovem*, realizada por um centro de pesquisa (CAEPM, 2008, 2009). Leve-se também em conta que a MTV, que nos últimos anos vem realizando e divulgando pesquisas sobre juventude, produziu o quarto *Dossiê Universo Jovem* que trata especialmente da sustentabilidade – um reconhecimento da importância de investigar o tema junto aos jovens (MTV BRASIL, 2008).

2. Fundamentação teórica

A temática do meio ambiente adquiriu, nas últimas décadas do século XX, relevância significativa como tema de várias disciplinas e áreas do conhecimento científico, impulsionada, entre outras coisas, pela crescente divulgação da situação de deterioração ambiental, seja das áreas naturais ou dos centros urbanos, que implica diretamente na qualidade de vida das populações (VIOLA, 1996; HERCULANO, 2000; PÁDUA, 1987). O meio ambiente constitui um terreno privilegiado para uma reflexão sobre a emergência de

novos discursos e de novas formas de comportamento, de manifestação, de obrigação e de responsabilidade, tratando-se de um tema complexo que superpõe domínios de competências muito diversas e, em grande parte, interesses divergentes de grupos sociais (FABIANI, [199-?]).

Palavras como poluição e meio ambiente, a partir da década de 1970, e num ritmo e quantidade crescentes desde então, passaram a estar presentes nos meios de comunicação de massa, na educação, na publicidade, na política, enfim, em vários âmbitos do cotidiano da sociedade contemporânea (com mais ou menos intensidade, variando de uma coletividade para outra). Entretanto, como argumenta Lopes et al (2004), “meio ambiente” e “questão ambiental” são noções que propiciam diferentes interpretações e apropriações. Mais do que isso, ainda segundo o mesmo autor,

a variedade de significados característicos do discurso e prática ambientais permite a observação de sua apropriação diferencial, e segundo interesses diversos, por agentes governamentais, representantes de associações de bairro, industriais e trabalhadores. A construção social e cultural das noções de risco e poluição passa por variações segundo diferentes inserções na sociedade, como por exemplo em função da profissão. Os empresários, que freqüentemente são os agentes poluidores, se adequam e adaptam o discurso ambiental segundo sua posição social: de um lado colocam a poluição e o risco como necessários ao desenvolvimento e controláveis por disposições técnicas e tecnológicas; de outro lado, também adequam e reciclam tanto o seu discurso quanto a sua prática conforme as exigências de ações “ambientalmente corretas” (LOPES et al, 2004, p. 4).

Em outras palavras, algumas sociedades passam por uma *ambientalização*. *Ambientalização* significa o processo de aparecimento e adoção, por parte de um grupo social ou sociedade, de um conjunto de valores e práticas referentes aos cuidados com o meio ambiente³.

O sufixo [ização] (...) indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem

³ Neste sentido, seria possível falar da ambientalização de uma série de setores da sociedade; por exemplo, dos meios de comunicação. Mais especificamente, a título de ilustração, se poderia falar da ambientalização do Jornal Nacional, da TV Globo, na medida em que o tema “meio ambiente” entrou progressivamente na pauta daquele telejornal. Atualmente, é rara a edição em que não haja, pelo menos, uma reportagem ou mesmo uma pequena notícia sobre um fato que faça referência às “questões ambientais” – lixo, reciclagem, poluição industrial, saneamento, desmatamento (do Cerrado, da Mata Atlântica, da Amazônia), efeito estufa, buraco na camada de ozônio, poluição nas grandes cidades, o problema da água, etc. A lista é extensa e vai dos problemas mais localizados aos de caráter global.

de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (LOPES et al, 2004, p. 17).

Desta forma, é possível pensar que essas sociedades, ao passarem por essa *ambientalização*, estariam tomando parte e vivenciando uma nova espécie de processo civilizador: o *processo ambientizador*. Nesse processo, sociedades passariam a adotar novos padrões de comportamento – uma nova etiqueta.

Foi Lopes (2004) o autor que originalmente utilizou a idéia de etiqueta presente nas obras de Elias (1994a; 1994b) para analisar a forma pela qual essa ambientalização pode ser pensada em termos de um comportamento que deve ser seguido pelos membros de uma sociedade. A etiqueta é, neste sentido, um padrão a orientar os comportamentos e as atitudes no convívio social. O autor fala especialmente da função de educação ambiental e de palestras como veículos de disseminação dessa nova etiqueta. Nas suas palavras:

A observação do programa de educação ambiental da Agenda 21 nas escolas já bem disseminado, por um lado, e as palestras esporádicas do sindicato, por outro, nos fizeram lançar a hipótese de que essas práticas exercem sua atratividade para os indivíduos na medida em que são passados desta forma preceitos de conduta cotidiana, maneiras mesmo em que se tornaram uma questão pública recentemente, que podem ser analisadas como formas equivalentes à difusão dos manuais de etiqueta durante o Renascimento, analisado por Norbert Elias como uma forma de construção do auto-controle dos comportamentos e das emoções, depois naturalizados como modos de comportamentos eternos e atemporais. As maneiras corretas de usar e economizar a água, de dispor e manejar o lixo, são formas de comportamento individualizantes equivalentes ao correto uso do garfo ou das maneiras de se comportar à mesa (LOPES, 2004, p. 20-21).

Nesse contexto, passa a se verificar o tom acusatório nas críticas feitas por pessoas que se manifestam publicamente contra outras que não apresentam comportamentos compatíveis com essas novas regras sociais. As acusações e os pedidos de punição nos remetem ao fenômeno, descrito por Norbert Elias, do aumento da coação exercida por um indivíduo sobre outro, enfatizando a exigência do “bom comportamento”. Criam-se, então, parâmetros para a classificação daquilo que é o correto e, por analogia, das outras maneiras consideradas desviantes. Aquele indivíduo que não se adequa aos padrões ambientalmente corretos é, portanto, considerado desviante; pelo menos, no que se refere ao meio ambiente.

A seguir, o trabalho de Norbert Elias é retomado mais detalhadamente para fins de explicitação daquilo que aqui se denomina *processo ambientizador* – que se constrói a partir da idéia de processo civilizador.

O processo ambientizador será aqui tomado e entendido como um tipo particular de processo civilizador que se traduz numa onda “ambientalizante” que inunda vários campos da vida social, a partir de um dado momento. Tomada como resultado de um tipo de processo civilizador, a ambientalização das sociedades seria melhor entendida através da utilização da expressão processo ambientizador. Assim, se a civilização pode ser entendida como o resultado – ou como o próprio desenvolvimento – do processo civilizador, a ambientalização seria, por analogia, o resultado – ou o próprio desenvolvimento – do processo ambientizador.

Elias (1994a; 1994b) trata da “civilização dos costumes”, do surgimento e adoção de novos modos de conduta dos indivíduos no âmbito da vida privada. Nesse processo civilizador, é fundamental a idéia de autocontrole, ou seja, de um mecanismo que “visava a prevenir transgressões de comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados” (p. 196). Elias fala de civilização como algo que pressupõe o autocontrole psicológico dos membros de uma sociedade, ou melhor, que pressupõe o estabelecimento de um “cego aparelho automático de autocontrole”. O caráter psicológico do processo civilizador é reiterado em diversas partes da obra, através das referências aos impulsos, às paixões e às pulsões. O processo civilizador seria, assim, o “controle das pulsões”, a “inibição das paixões”, a “modelação dos sentimentos”. Enfim, em *O processo civilizador*, fica patente a importância atribuída por Elias àquilo que ele chama de “constituição psicológica” (a “constituição psicológica das pessoas”). No entanto, é preciso reconhecer que, ao tratar da incorporação das questões ambientais pelas sociedades, algumas especificidades do processo civilizador têm que ser de alguma forma relativizadas.

Quanto à noção de civilização, Elias afirma que este é um conceito que pode se referir a uma grande variedade de fatos, tais como: o nível de tecnologia; o tipo de maneiras; o desenvolvimento dos conhecimentos científicos; as idéias religiosas; os costumes; a maneira como homens e mulheres vivem juntos; a forma de punição pelo sistema judiciário; o modo de preparar os alimentos; etc. Além disso, para ele, “não há nada que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’” (ELIAS, 2004b, p.23). É neste sentido que assumimos que a vida em sociedade também pode ser ambientalmente civilizada, nesse sentido proposto por Elias, ou seja, também pode sofrer um processo de

civilização, que, a princípio, não significa melhorar ou piorar, apenas passar por um processo⁴ de transformação.

Exatamente por ter essa conotação de processo é que, para Elias, “o processo civilizador prossegue segundo uma longa seqüência de arrancos e recuos fortes” (p. 210). Para o caso do meio ambiente, utilizar o conceito de processo social, tal como Elias o apresenta, permite perceber que se trata de um fenômeno que se desenvolve de múltiplas formas e sem um ponto final definido; há uma constante mutação. Com isso, estamos querendo dizer que a incorporação do meio ambiente como problema/questão para as sociedades é um fenômeno social que não tem um final previsto ou previsível. São possíveis “avanços” e “retrocessos” em relação às ações de preservação ambiental, momentos em que o meio ambiente seja mais ou menos tido como algo relevante. Assim, nos parece possível contextualizar a questão ambiental tomada como uma questão relevante para as sociedades. Aquilo que hoje é visto como uma variável importante para a vida em sociedade, no futuro pode não ser mais tão importante assim.

Um outro aspecto que nos parece importante destacar é o de que Elias, ao analisar o processo civilizador, trata de transformações de longo prazo nas estruturas sociais; ele vai mesmo ao século XIII para mostrar o desenrolar dessas transformações. No caso do meio ambiente, se pensamos nas mudanças na sociedade, ou ainda, se consideramos a periodização da questão ambiental recorrentemente utilizada⁵, o prazo em que essas mudanças vêm se processando é relativamente curto: estaremos falando de algumas décadas e não de séculos. Essa periodização dá conta de que essas transformações – a ambientalização da sociedade – teriam como ponto de partida a década de 1970, quando acontece a Conferência de Estocolmo (1972) e é criada uma série de instituições voltadas para essa questão do meio ambiente. Eis um mito de surgimento do meio ambiente como uma nova questão social:

A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. Assim, a conferência de Estocolmo de 1972 teria sido proposta pela Suécia, incomodada pela

⁴ Elias reforça que a idéia de *processo* é diferente da idéia de *estado (estágio)*. A primeira admite a mudança como uma “característica normal da sociedade” (p. 222), enquanto que a segunda está ligada à idéia de mudança social, que, por sua vez, tem um sentido de imobilidade, de estática da sociedade. Destacando, assim, a diferença entre processo social e mudança social, e optando pelo primeiro, afirma que processo social, ao contrário, traz consigo a idéia de que a sociedade não é algo estático. Além disso, reforça a noção de que o processo civilizador não segue uma linha reta (p. 185).

⁵ A respeito da periodização da ambientalização e do histórico do ambientalismo, ver Leis (1996) e Viola (1987).

poluição no mar Báltico, por chuva ácida, por pesticidas e metais pesados encontrados nos peixes. Esta poluição seria causada não só por indústrias nacionais, mas também por aquelas de países vizinhos, e os problemas ambientais contribuem para o surgimento de “questões globais” (LOPES et al, 2004, p. 18-19).

O que queremos destacar é que, ao utilizar as idéias de processo civilizador e de etiqueta para analisar as transformações no âmbito das sociedades no que tange à introdução da preocupação com o meio ambiente, estamos afirmando que a história desse processo de ambientalização e o próprio processo são produtos de uma racionalização. As sociedades passam a “pensar” o meio ambiente.

Como já foi apontado anteriormente, a ambientalização é aqui vista como uma etiqueta, que remete a uma ética, a uma maneira de se comportar, às “boas maneiras” difundidas pelo processo civilizador/ambientalizador. Desta forma, a ambientalização como etiqueta revela seu lado mais universalizante – ou que se quer universalizante, como uma postura desejável a todos os indivíduos e a qualquer grupo social. Ou seja, o meio ambiente seria algo que vale igualmente para todos. Apesar de se desejar universalizante, o processo vai tomar configurações particulares, sendo possível perceber o seu lado mais específico, isto é, a maneira como determinados indivíduos ou grupos sociais aderem a essa etiqueta. Em outras palavras, se o processo ambientalizador é uma onda que a todos atinge, cada um irá surfar essa onda da maneira que lhe for possível ou conveniente. Assim, apesar de se pretender universalizante, adquirindo tons civilizadores e, em certo sentido, colonialistas, o processo ambientalizador vai ter nuances. É essa possibilidade de matizar a ambientalização que queremos apresentar agora, partindo da idéia de civilização.

A civilização, como já apontou Elias, é um conceito que “minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que possuem [o conceito de civilização] – deveria sê-lo” (ELIAS, 2004a, p. 25), contrastando com o conceito antropológico de cultura (*kultur*), que, por sua vez, enfatiza as diferenças e as identidades particulares dos povos. O conceito de civilização inclui, assim, a idéia de colonização, a expansão de grupos colonizadores e, portanto, a tentativa de imposição de formas sociais, de instituições, de estilos de conduta e de um jeito de viver considerados os melhores e os mais corretos. Como explica Elias (2004a, p. 229 e 230):

Formou-se e fortaleceu-se a idéia (...), que é recorrente entre todos os grupos poderosos e dominantes do mundo, de que o poder que podiam exercer sobre outras nações era manifestação de uma missão eterna que lhes fora concedida por Deus pela natureza ou pelo destino histórico,

expressão de uma superioridade de essência sobre os menos poderosos. Esta idéia de superioridade axiomática, profundamente enraizada na auto-imagem das nações industrializadas há mais tempo, foi profundamente abalada pelo curso do desenvolvimento neste século. O choque de realidade experimentado quando o ideal nacional colidiu com a realidade social foi absorvido de maneira diferente em cada nação, de acordo com seu próprio desenvolvimento e a natureza específica de sua auto-imagem nacional (ELIAS, 2004a, p. 229).

A idéia da natureza e valor excepcionais da própria nação serve freqüentemente como legitimação de sua reivindicação a liderar todas as demais (ELIAS, 2004a, p. 230).

Costa (2004) traz um exemplo, para o caso do turismo na praia do Aventureiro (Ilha Grande - RJ), que consideramos bastante representativo dessa perspectiva civilizatória e ambientalizante. De um lado, mostra que ambientalistas, empresários do setor hoteleiro e técnicos da FEEMA compartilham de um mesmo ideal (e discurso) sobre o melhor destino para a Ilha. Esses grupos compartilham ideais pois têm um “viés urbano de compreensão de mundo” (p.77) que se choca, de outro lado, com o estilo de vida e com a visão de mundo dos nativos da praia do Aventureiro, que recusam a perspectiva, os valores e as práticas ambientais e de turismo que aqueles grupos urbanos pretendem lhes impor. O autor sugere que a predominância das camadas médias urbanas na produção simbólica, científica e jurídica faz com que haja um ordenamento a partir dos centros urbanos que tende a se propagar para os demais espaços, apesar das resistências dos grupos locais não-urbanos, como uma “colonização do espaço” (COSTA, 2004, p. 103). Do nosso ponto de vista, essa idéia valeria para o caso do meio ambiente, assim como para tantas outras questões, revelando essa faceta expansionista do processo civilizador, em geral, e do processo ambientizador, em particular.

Mesmo sem se referir explicitamente ao trabalho de Elias, Prado (2003) também fala da “ecologização” (que aqui tomo como um sinônimo para ambientalização) da sociedade como um processo civilizador, como algo que se pretende universal ou universalizante, mas que vai tomar contornos muito específicos. Assim, um determinado grupo estaria, ou melhor, se auto-intitularia encarregado de levar a todos os outros grupos a visão e a maneira de viver ambientalmente correta. E ser ambientalmente correto passa a significar ser “civilizado”. O meio ambiente se torna, neste sentido, o mote desse processo civilizador e algo que é inquestionavelmente correto. Tudo, então, tem que ser ecológico/ambiental: a cidade, o turismo, a pesca, a alimentação, a habitação...

Assim, tomando a ambientalização como um processo civilizador, entendemos, por um lado, que é um processo de transformação que tem uma abrangência

“universalizante”/“global”, mas que, por outro lado, se desenvolve adquirindo contornos “particularizantes”/“locais”. Se afirmarmos, por um lado, que as sociedades estão se ambientalizando, de outro, afirmamos que cada sociedade vai se ambientalizar a seu modo. É nessa perspectiva que também recorremos ao trabalho de Sahlins (1985,1994), acerca das interpretações particulares que um mesmo objeto ou evento geram, como uma contribuição capaz de ser reveladora no que tange à visão relativizadora da internalização da questão ambiental pelas sociedades. Diante do meio ambiente, cada sociedade reinterpretaria as informações e reelaboraria suas práticas e imaginários específicos (particulares) a partir dessa temática que é geral (universal). Através desta perspectiva, aquilo que poderia ser visto como uma posição passiva e apenas reativa das sociedades, aceitando ou aderindo a um discurso ambiental internacional, passa a ser analisado como circunstâncias que, embora definidas e impostas pelos rumos do capitalismo mundial e da própria ideologia ecológica, são moldadas pelas sociedades através de imagens e ações simbólicas que o evento suscita mediante o próprio esquema cultural.

A fundamentação teórica desta pesquisa parte, portanto, das ideias de civilização dos costumes/processo civilizador, de Elias (1994a; 1994b), e de ambientalização de Lopes (2004), a fim de revelar a percepção, o interesse, o conhecimento e as práticas de jovens a respeito do tema sustentabilidade ambiental.

3. Aspectos metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se, fundamentalmente, de uma pesquisa quantitativa, envolvendo a técnica do *survey*, que consiste na aplicação de questionários estruturados e padronizados a uma amostra representativa do universo investigado. Visando dar conta das transformações que se processam ao longo da trajetória acadêmica deste grupo de jovens, esta pesquisa se insere num projeto de âmbito mais abrangente de um estudo longitudinal que permitirá perceber tanto as mudanças mais gerais na vida dos jovens como as possíveis mudanças na visão que os mesmos têm sobre os conceitos e as práticas de sustentabilidade, ou seja, o processo de ambientalização e a nova etiqueta ambiental.

O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário com 17 questões objetivas, através das quais buscamos dados relativos aos conhecimentos e à percepção dos jovens sobre questões sobre meio ambiente e sustentabilidade. Algumas questões foram inspiradas na já citada pesquisa realizada periodicamente pelo ISER, a fim de que

tivéssemos uma base para possíveis comparações entre as percepções da população brasileira e da nossa amostra de jovens. Os questionários impressos foram aplicados, entre os meses de março e abril de 2010, em algumas turmas de todos os períodos dos cursos de graduação oferecidos pela IESP. Esses estudantes foram convidados a responder a pesquisa, mas a participação não era obrigatória e, ao final do período, obtivemos 296 questionários respondidos, que representa 24,54% dos alunos de graduação da IESP sob estudo. Os dados, coletados em questionários impressos, foram armazenados em banco de dados do Excel para Windows (Microsoft Corporation). A análise e interpretação dos dados obtidos na fase descritiva da presente pesquisa foram feitas com o auxílio do software SPSS v17 (Statistical Package for the Social Science) para Windows.

4. Análise dos Resultados

Para iniciar a análise dos resultados obtidos buscou-se, a princípio, identificar o perfil dos 296 respondentes por meio de algumas questões do questionário da pesquisa e também por meio de informações de pesquisas anteriores feitas pela própria IESP. A seguir passamos a descrever esse perfil.

A idade da grande maioria dos respondentes varia entre 17 e 25 anos, e não há predominância significativa de gênero, com uma pequena vantagem feminina, seguindo a tendência geral do mundo. Com relação à renda das famílias, somente 31,5% dos alunos afirmam saber da renda familiar; os demais 68,5% apenas estimam o valor da renda. Mais de 50% dos alunos que afirmam saber da renda familiar dizem que a mesma é entre R\$5.000,00 e R\$12.000,00. Pode-se considerar que a renda média familiar dos alunos desta IESP é alta quando comparada à renda média familiar na cidade do Rio de Janeiro. Sobre as profissões dos pais, as mais citadas são: dono do próprio negócio, funcionário de empresa privada e funcionário liberal, nesta ordem; já as profissões das mães oscilam muito, mas predominam as profissionais liberais. A maioria absoluta dos pais dos alunos possui um alto grau de escolaridade – mais de 60% possuem graduação completa e pós-graduações (especialização, mestrado, doutorado etc.).

Em relação à estrutura familiar aproximadamente 60% dos respondentes são filhos de pais casados ou que vivem juntos e 40% de pais divorciados. Outra informação interessante sobre esses jovens é que cerca de 52% afirmam ter um ídolo, e os ídolos mais citados estão sempre dentro do círculo familiar: mães, pais, irmãos, avós etc.

O perfil acima traçado dos alunos da IESP e de suas famílias caracteriza um grupo social que se enquadra entre aquele que a pesquisa ISER (2006), referida na Introdução deste trabalho, aponta como sendo o grupo no qual a chamada “consciência ambiental” mais cresce no país: população de maior escolaridade, associada à maior renda e à residência em cidade de grande porte.

Descrito o perfil socioeconômico, passamos à análise das questões sobre sustentabilidade dirigidas a desses jovens alunos, que cursam entre o primeiro e o oitavo período de cursos de graduação. Cabe ressaltar que a grande maioria dos pesquisados apenas estuda e somente 28% trabalham ou estagiam.

Quando perguntados sobre os principais problemas⁶ do Brasil, educação (67,6%) e violência/criminalidade (60,8%) são os dois itens mais citados; quando se trata da cidade do Rio de Janeiro os principais problemas são os mesmos, mas a ordem muda: a violência/criminalidade (92,2%) aparece como um problema muito mais grave do que a educação (47,0%) (Figuras 1 e 2). O meio ambiente não é percebido como um problema importante para o país (6,8%) e muito menos para a cidade (4,4%).

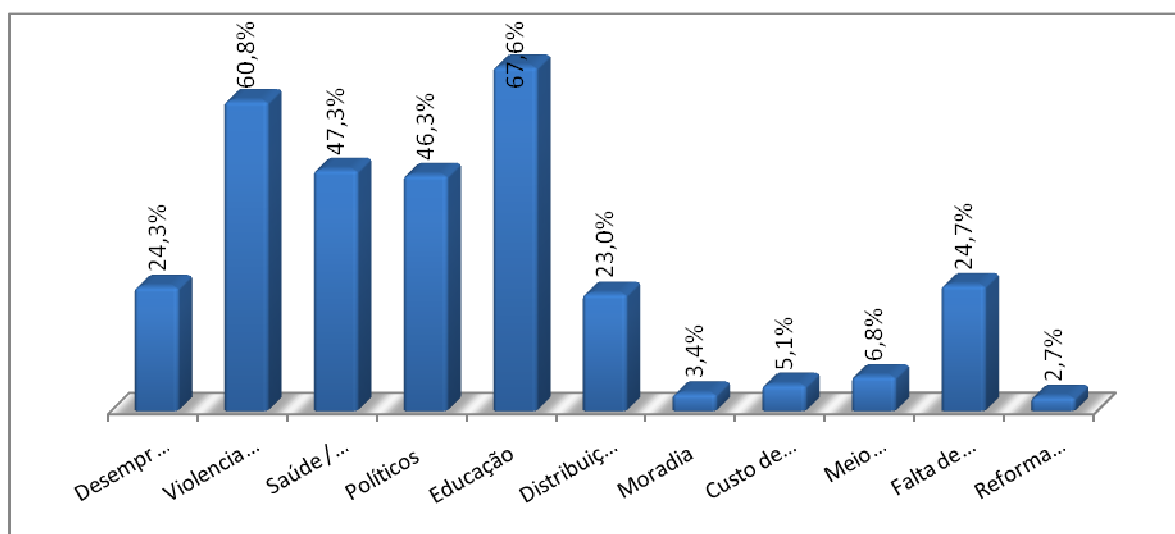


Figura 1 – Gráfico da Pergunta: Quais são os principais problemas do BRASIL?

⁶ Perguntas estimuladas, tanto para o Brasil como para o Rio de Janeiro. Eram apresentadas 11 opções de resposta.

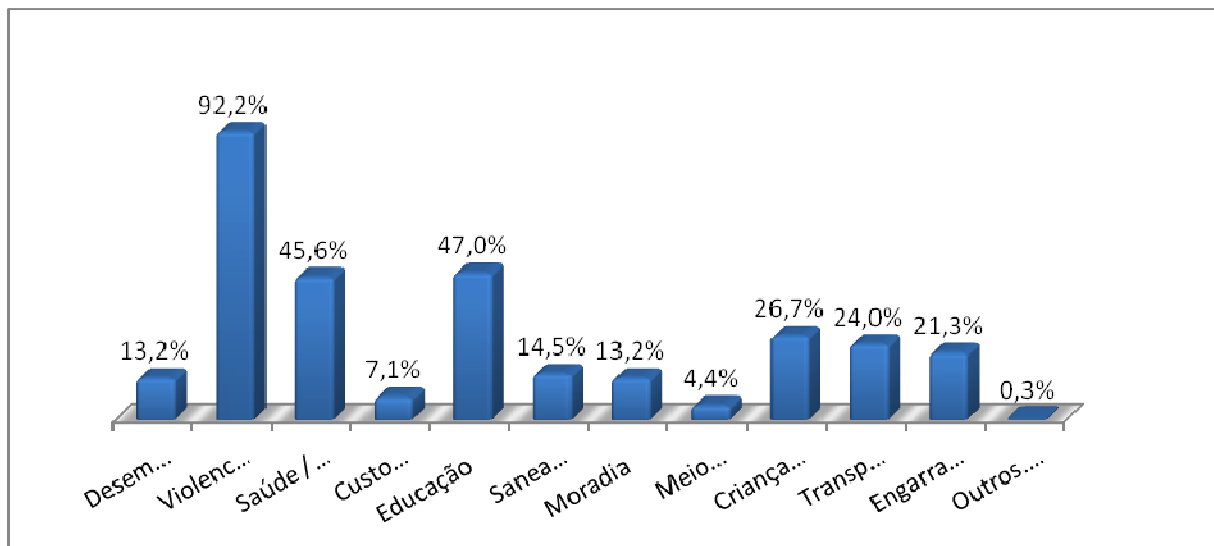


Figura 2 – Gráfico da Pergunta: Quais são os principais problemas do RIO DE JANEIRO?

Para os jovens pesquisados o meio ambiente significa, prioritariamente, natureza: elementos como matas, solo, mares, rios e animais fariam parte do meio ambiente, mas, na visão de muitos desses jovens, seres humanos e suas construções (cidades, sítios, favelas, etc.) não seriam incluídos na categoria meio ambiente (Figura 3).

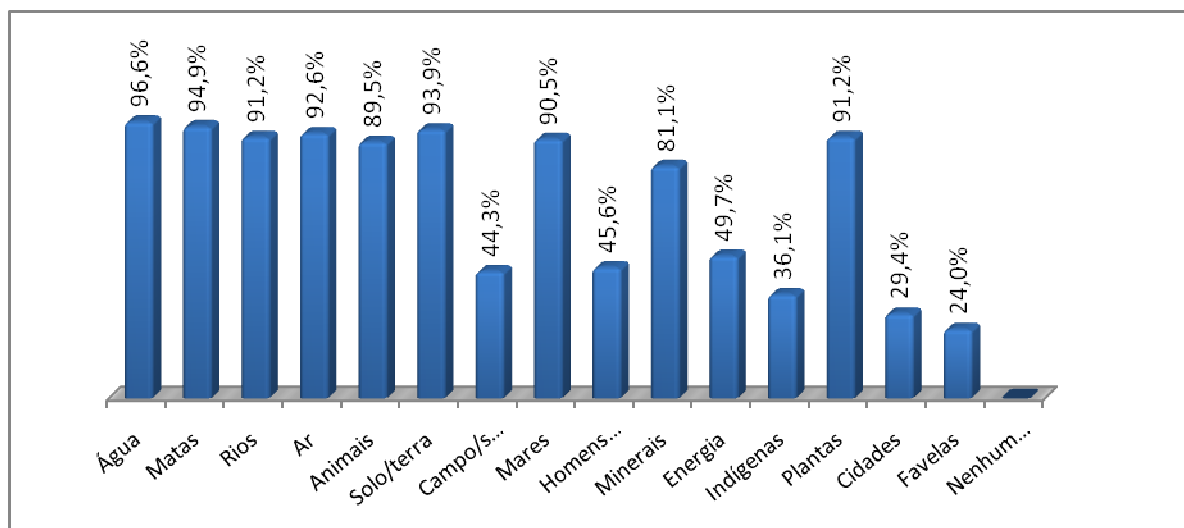


Figura 3 – Gráfico que indica que elementos fazem parte do meio ambiente, na opinião dos respondentes.

Para os jovens o desmatamento é espontaneamente citado como o maior problema ambiental do Brasil, já na cidade do Rio de Janeiro o maior problema ambiental é a

poluição – simplesmente poluição ou suas variantes: poluição do ar, dos rios, dos mares, das praias e da Baía da Guanabara.

Uma questão importante de ser analisada é aquela relacionada às práticas de proteção do meio ambiente e de promoção da sustentabilidade realizadas pelos jovens no cotidiano (Figura 4). Entre as opções apresentadas, reduzir o desperdício de recursos naturais surge como a principal ação cotidiana (75,7%). Os jovens afirmam procurar praticar o consumo consciente⁷ (63,5%) e também conscientizar as pessoas sobre os problemas ambientais (48,6%), opções que revelam uma prática correspondente a uma faceta importante do processo ambientalizador e da nova etiqueta ambiental, teoricamente descritos no item 2 deste trabalho. A reciclagem de materiais e a coleta seletiva (28%), e a compra de produtos ecologicamente corretos ou de produtos de empresas ambientalmente responsáveis (27,4%) são relativamente pouco citadas, mas opções como boicote a empresas e/ou produtos que agredem o meio ambiente (4,4%), contribuir com dinheiro (4,1%) ou trabalhar como voluntário em organizações de defesa do meio ambiente (2,4%) realmente não fazem parte do cotidiano dos jovens.

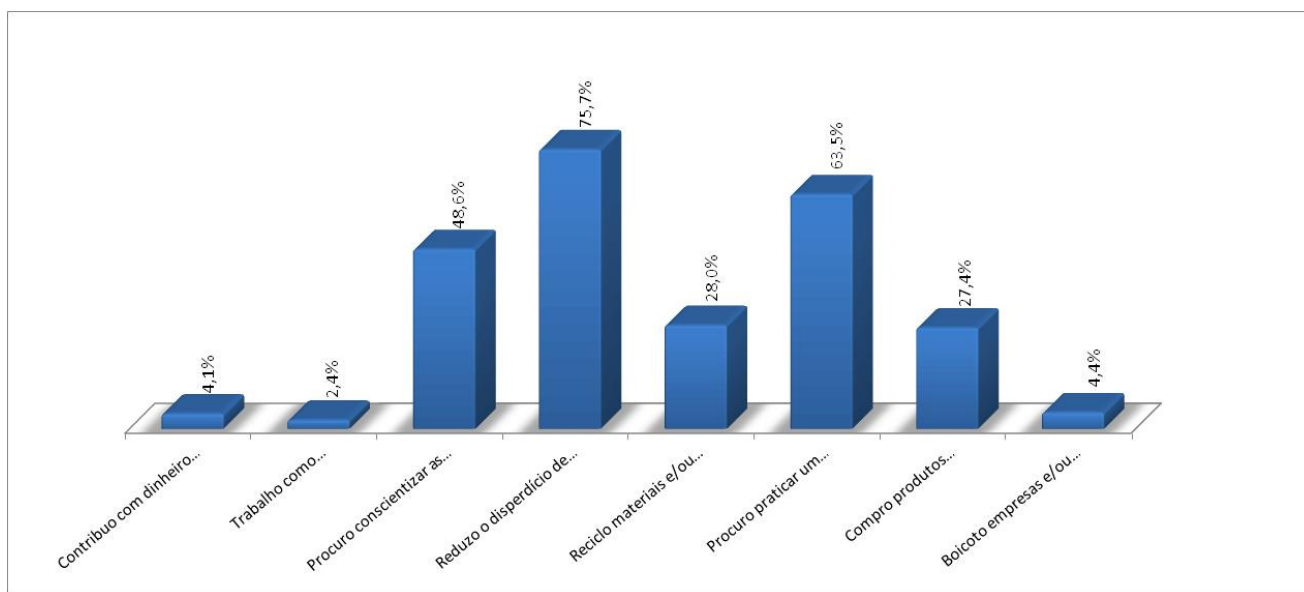


Figura 4 – Gráfico da Pergunta: O que você efetivamente faz no seu cotidiano para proteger o meio ambiente e promover a sustentabilidade?

Ressalta-se que 76,4% dos respondentes identificam alguma preocupação ou prática sustentável em casa e/ou na IESP e/ou na empresa em que trabalham/estagiam. Em relação a este grupo, observa-se que 64,9% dos jovens identificam alguma preocupação

⁷ Nesta questão não é possível perceber claramente o que os jovens entendem por *consumo consciente*. Pretendemos aprofundar esse aspecto em uma próxima etapa de pesquisa qualitativa, onde esse tema será explorado.

e/ou prática sustentável nas suas casas. Essas preocupações e práticas estão relacionadas à redução de desperdício (de energia e água) e à coleta seletiva de lixo. Quando se trata da IESP, 52% identificam alguma preocupação ou prática sustentável; a mais citada é o uso de papel reciclado⁸ (Figura 5).

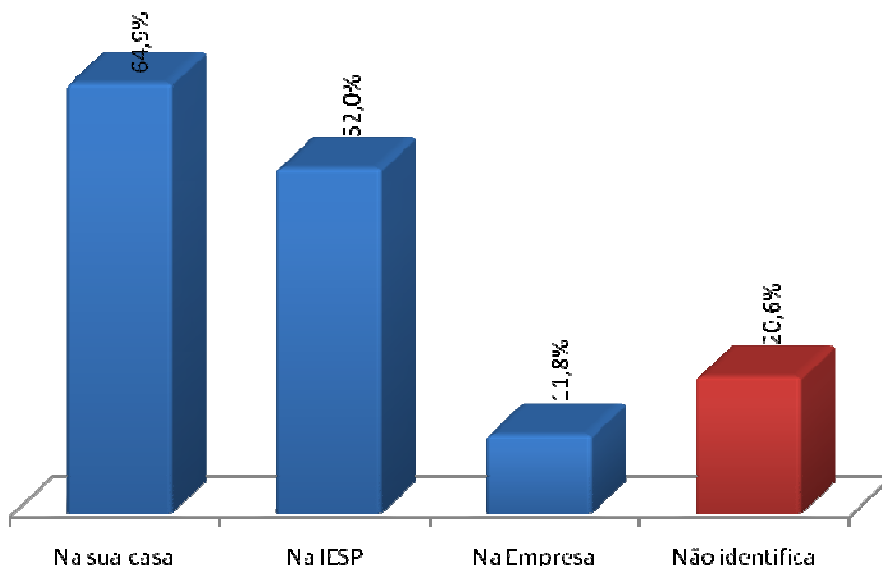


Figura 5 – Gráfico: Onde o respondente identifica alguma preocupação/prática sustentável?

Com relação aos atores sociais considerados pelos jovens como aqueles mais responsáveis pela preservação do meio ambiente e pela promoção da sustentabilidade, as entidades ecológicas, os indivíduos e os governos são, nesta ordem, os mais citados. Os menos responsáveis seriam as associações de bairros ou moradores e os empresários (Tabela 1).

Tabela 1 - Atores sociais responsáveis pela preservação do meio ambiente e pela promoção da sustentabilidade ambiental. (Escala: 1 para o mais responsável e 8 para o menos responsável).

Atores sociais	1	2	3	4	5	6	7	8
Entidades Ecológicas	35,5%	14,5%	8,1%	8,1%	9,5%	7,1%	8,4%	5,1%
Cientistas	5,7%	12,8%	11,1%	11,1%	12,2%	18,6%	11,8%	12,5%
Meios de comunicação	6,1%	13,9%	21,6%	17,2%	18,6%	9,5%	7,1%	2,7%
Organizações Internacionais	6,8%	9,8%	14,5%	16,9%	12,2%	13,2%	11,1%	11,1%
Governos	19,9%	17,9%	8,4%	8,1%	9,8%	8,4%	9,8%	14,2%
Empresários	3,0%	8,8%	11,1%	9,5%	10,1%	11,8%	22,3%	19,3%
Associações de Bairro ou de Moradores	2,4%	7,4%	9,5%	14,5%	14,5%	13,9%	14,2%	19,9%

⁸ Vale ressaltar que trata-se uma questão aberta. Aqueles que respondiam afirmativamente à existência de preocupação e/ou prática sustentável em sua casa, na IESP ou na empresa deviam citar exemplos a esse respeito.

Indivíduos	29,1%	10,1%	11,5%	7,8%	8,4%	10,5%	8,4%	10,8%
------------	-------	-------	-------	------	------	-------	------	-------

Em geral, os jovens afirmam se considerar bem ou muito bem informados sobre questões relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (aproximadamente 65%), e a maioria deles responde corretamente as questões de conhecimento sobre esses assuntos presentes no questionário da pesquisa⁹. Os temas sobre os quais eles se consideram mais informados são: ecologia (71%), desenvolvimento sustentável (59%) e responsabilidade socioambiental (43%); já aqueles sobre os quais eles se percebem menos informados são: biodiversidade (14%), organismos transgênicos (24%) e, surpreendentemente, sustentabilidade (23%). (Figura 6)

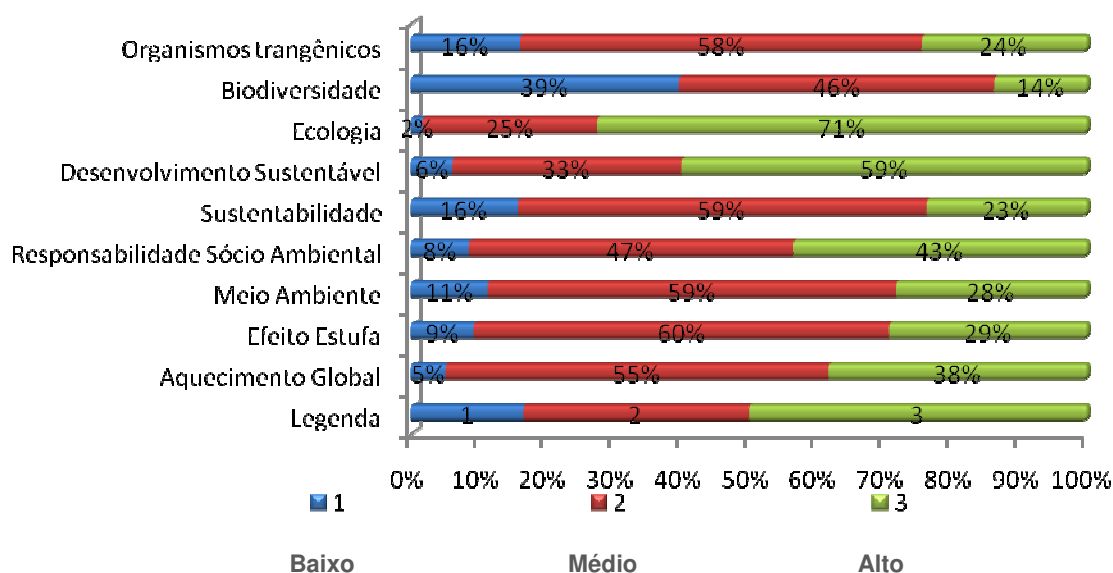


Figura 6 – Gráfico: Grau de conhecimento sobre cada tema. (Escala considerada nesta questão: 1 = baixo, 2 = médio e 3 = alto).

Os jovens se informam sobre esses temas por vários meios, sendo os mais importantes a internet, a televisão, as revistas, as escolas, a faculdade (esta, menos do que as escolas). Livros são os meios menos utilizados como fonte de informação (Figura 7).

⁹ Havia no questionário duas questões que foram incluídas no sentido de verificarmos o conhecimento dos alunos sobre: (i) as questões envolvidas no termo sustentabilidade. Nesta questão, mais de 80% acertaram, afirmando que sustentabilidade envolve questões ambientais, econômicas e sociais. (ii) as definições de desenvolvimento sustentável e de aquecimento global, e o Protocolo de Quioto. Nesta questão, quase 70% responderam corretamente, mas 22% erraram a definição de desenvolvimento sustentável.

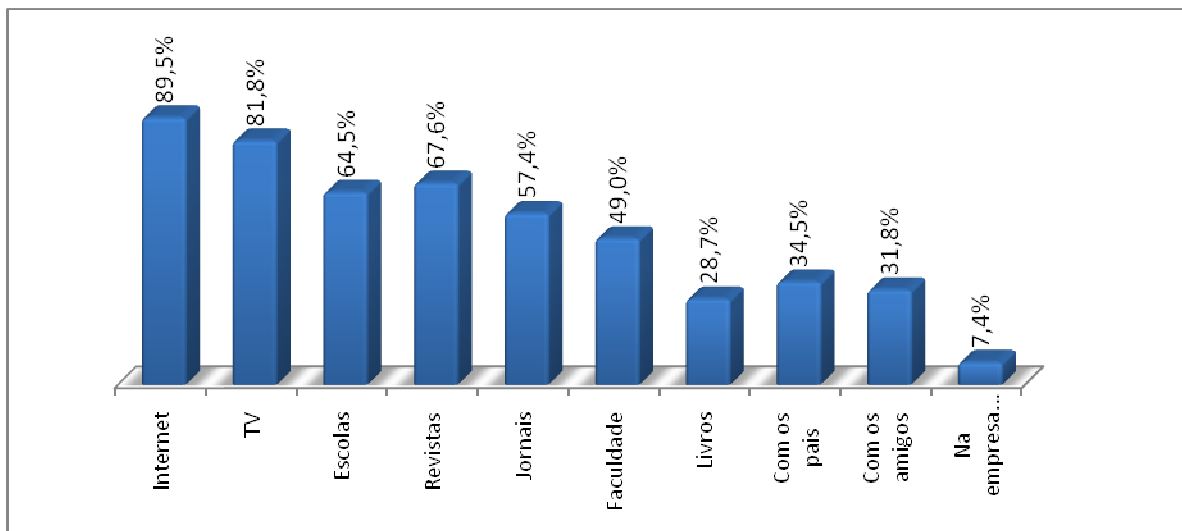


Figura 7 – Gráfico: Onde os respondentes procuram informações e/ou conhecimento.

Procuramos entender um pouco mais sobre a relação entre o nível de informação que os jovens afirmam possuir e o grau de acerto de determinadas questões cujo objetivo é o de aferir o conhecimento sobre sustentabilidade. Entre os alunos que se dizem bem ou muito bem informados, 83,8% acertam ao escolher a opção que traz como resposta a afirmação que sustentabilidade envolve questões ambientais, econômicas e sociais, e 67,4% marcam a opção que traz a definição correta de aquecimento global, mas há que se notar que 23,3% assinalam como correta uma definição errada de desenvolvimento sustentável, um conceito que imaginávamos plenamente conhecido pelos jovens. Também entre os jovens bem ou muito bem informados, 56,8% afirmam que buscam conscientizar as pessoas sobre os problemas ambientais.

5. Considerações finais

Partindo da ideia de *ambientalização* – processo de aparecimento e adoção, por parte de um grupo social ou sociedade, de um conjunto de valores e práticas referentes aos cuidados com o meio ambiente, imaginamos que seria possível pensar que alguns grupos sociais, ao passarem por essa *ambientalização*, estariam tomando parte e vivenciando uma nova espécie de processo civilizador: o *processo ambientizador*. Nesse processo, alguns grupos sociais passariam a adotar novos padrões de comportamento, ou uma nova etiqueta, que pressupõe o conhecimento sobre questões ambientais e de sustentabilidade. Na pesquisa realizada, procurou-se, portanto, compreender a incorporação de questões ambientais nos discursos e nas práticas cotidianas de um

grupo social jovem como uma nova “etiqueta”, isto é, como um novo modo de conduta. Sob essa perspectiva teórico-conceitual analisamos alguns aspectos que revelam aquilo que poderia ser entendido como o processo ambientizador de um grupo de jovens de uma grande cidade brasileira, pertencente à classe média-alta e que tem alto nível de escolaridade. Mais precisamente, procuramos levantar elementos que indicassem como jovens que fazem parte desse grupo compreendem, internalizam e colocam em prática questões relativas à sustentabilidade, em particular a sustentabilidade ambiental.

As informações que obtivemos através do survey realizado suscitam novas questões que planejamos aprofundar através de uma segunda etapa de pesquisa qualitativa a fim de compreendermos aspectos que foram apenas apontados nesta fase da pesquisa, como, por exemplo, o significado de “consumo consciente”; o papel e a responsabilidade no campo ambiental atribuídos às instituições sociais e políticas; o entrelaçamento entre questões ambientais e econômicas; e muitos outros elementos que concorrem para a melhor compreensão a respeito da visão dos jovens sobre a temática da sustentabilidade.

Referências

CAEPM – Centro de Altos Estudos em Propaganda e Marketing. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/pesquisa/Pages/ProjetoJovem.aspx>. Acesso em: 5 nov. 2009.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**: conflitos e disputas sob tutela ambiental. Dissertação de mestrado. PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

_____. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

FABIANI, Jean-Louis. **Principe de précaution et protection de la nature**. [199-?].

HERCULANO, Selene. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In HERCULANO, Selene (org.). **Meio ambiente**: questões conceituais. Niterói: PPCA/UFF: Riocor, 2000.

ISER-Instituto de Estudos da Religião. **O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade**. ISER: Rio de Janeiro, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo/Blumenau: Editora Gaia/Editora da FURB, 1996.

LOPES, José Sergio et al. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

MTV BRASIL. **Dossiê universo jovem**. MTV Brasil, 2008.

PÁDUA, José Augusto (ed.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Espaço e Tempo, 1987.

PRADO, Rosane. **A indigenização da Agenda 21: reflexão a partir de uma caso na Ilha Grande/Angra dos Reis, RJ**. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2003.

SAHLINS, Marshall. Categories culturelles et pratiques historiques. **Critique**, n. 456, 1985, p. 537-557.

_____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, Leila; VIOLA, Eduardo (org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.